

A cidade como balcão de negócios: crítica do planejamento urbano de Salvador

Eixo temático: (1) Urbanização em Processo;

João Pedro Noronha Ritter

Estudante de bacharelado em Antropologia (FFCH – UFBA).
noronharitter@hotmail.com.br

Pedro Machado

Bacharel em Ciência Política (Unep).
pedrossmachado@gmail.com

RESUMO (maiúsculas, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, negrito, entre linhas simples, espaçamento 6pt antes e 12pt depois, alinhado à esquerda)

O principal objetivo do presente estudo é apontar as chaves interpretativas para compreender a política urbana realizada na cidade de Salvador no período de 2012 a 2015, durante a gestão de ACM Neto (DEM). Para tanto, leva-se em conta a relação entre a urbanização e a dinâmica do setor financeiro, mediada pelo Estado, como contrapartida produtiva real da acumulação de capital. Será sugerido um debate cujo lastro teórico-metodológico utiliza do materialismo dialético proposto pelo pensamento marxiano, sendo assim, sem partir de noções abstratas, faz-se necessário retomar as bases da teoria social crítica. Por fim, a análise revela uma consolidação de um processo de elitização da cidade alavancada pelo mercado imobiliário e o setor hoteleiro, possibilitada pela ação política conjunta do bloco de poder via gestão direta do Estado. Veremos que suas consequências são sentidas no aprofundando da desigualdade social da cidade, através de um planejamento urbano de natureza classista, somada a relações patrimonialistas do antigo bloco do poder que, metamorfoseado na figura do novo político, promove as velhas políticas higienistas como verniz da revalorização da cidade de Salvador enquanto forma-mercadoria.

NEOLIBERALISMO; PLANEJAMENTO URBANO; SALVADOR

A cidade como balcão de negócios

Crítica do planejamento urbano de Salvador

Introdução

O presente texto tem por objetivo compreender o que se articula por trás do traçado das políticas urbanas em Salvador entre o período de 2012 a 2016, quais grupos articulam interesses, a qualidade destes e suas consequências imediatas, e, em longo prazo, para a cidade. A análise desenvolvida aqui está articulada em três eixos. Primeiro, propomos expor um breve percurso dos processos históricos gerais do capitalismo, a partir dos anos 1990, cuja inflexão das políticas neoliberais penetra de forma mais decisiva e, até hoje, hegemônica, no momento histórico vigente (tanto no que diz respeito à realidade municipal, nacional ou, até mesmo, mundial), portanto, encontramos no pensamento marxiano o repertório metodológico que possibilita analisar criticamente a macro-organização do capitalismo mundial contemporâneo e sua forma particular de apropriação da cidade. Faz-se mister resgatar a inerente relação entre capital e Estado. Este contexto, mesmo que manifestado diferenciadamente em cada região ou país, implicará em uma forte base de sustentação do capital nos países periféricos, que, no caso brasileiro, moldará o Estado à sua própria imagem. Refletimos esta imagem na segunda parte do texto, onde veremos como a política urbana no Brasil está subordinada aos interesses da esfera econômica, sobretudo o setor do mercado imobiliário e da construção civil, portanto, mesmo quando se apresenta como política de interesse social, a habitação serve de base produtiva para acumulação privada; Por fim, veremos que todo este panorama se intensificará na capital baiana, com algumas particularidades, em consonância com a atuação política local, no que tange a totalidade orgânica do capitalismo, cuja atuação do poder público não apenas media as contradições de classe, como também está submetido ao comando de um grupo do capital *sui generis* inclinado a prover acumulação privada.

Questões metodológicas

Frequentemente se proclama que a legislação urbanística do Brasil, mesmo sendo “de

pona”, não é levada em consideração nos processos de planejamento e gestão de nossas cidades. Mesmo levando em conta as armadilhas da “legitimidade” da participação popular, como vimos recentemente no caso da aprovação desconcertante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em Salvador, no que tange a representação do governo na edição de leis, conselhos e planos diretores que forjam o destino das cidades – entre as quais, destacamos o artigo 6º da Constituição, a função social da propriedade, uso capião urbano, o direito à moradia garantido no Estatuto da Cidade –, se encontram entraves e limites econômicos incontornáveis para sua efetivação. Mesmo com os inúmeros recursos financeiros garantidos por bancos públicos, fora do âmbito jurídico-legislativo, a constituição plena destes direitos sociais são apenas um sonho distante. Portanto, mesmo cravando que as inúmeras leis que garantem direito à moradia representam avanço na órbita social, defendemos que a efetivação de uma política só se realiza onde a economia se curva para desenvolvimento humano e social, despiando-se dos interesses contraditórios que ela atualmente sustenta, do contrário, estes direitos não se realizam.

Por isso, nossa proposta, é retomar a centralidade da *crítica da economia política* no que tange a totalidade orgânica do mundo do capital, levaremos em conta este mundo enquanto uma equação entre a esfera *política e econômica*. Tal proposta busca articular duas esferas que nunca estiveram dissociadas, mas, constantemente, somos levados a considera-las estranhas entre si, muitas vezes até opostas, são elas o Estado e o mercado (capital, se preferir). Esta dupla fratura reforça a ficção-real do mundo do capital – de um mundo de pessoas livres e iguais. O que acontece em uma esfera parece não ter relação com o que acontece na outra, no limite, *a economia se manifesta como não-política e a política se manifesta como não-econômica*. (Osorio, 2013, p.181)

Uma vez que desviamos desta armadilha ideológica, já que apenas na vulgata neoliberal que o Estado é “exterior” ao “mercado” (Chesnais, 2001), não podemos nos esquecer das atribuições e papéis delegados a esta instituição que passou por profunda mudança desde os anos 90, cujo ponto-chave é referido ao *Consenso de Washington*. A partir de suas diretrizes, se estabelece como mola propulsora do (novo) regime de acumulação o mercado financeiro, que, para desenvolver-se plenamente, não deve encontrar qualquer obstáculo que impeça o capital-fictício/especulativo de se auto-valorizar. Sendo assim, seria elevar o capitalismo ao mais alto cume do fetichismo se levássemos em conta a existência do Estado como uma instância autônoma e neutra.

Como podemos, então, analisar concretamente este imbricamento orgânico e complexo entre Estado e mercado, e, desta análise, retirar sua síntese? Voltemos ao célebre Prefácio da “*Contribuição à crítica da economia política*” escrito em 1859 por Marx, em crítica a sua primeira obra consistentemente filosófica, porém, ainda subordinada à jurisprudência, cujo escrito avança na seguinte direção:

“Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...]; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]. Cheguei também à conclusão de que *a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.*” (Marx, 2008, p. 47. grifo nosso)

Disto, podemos nos arriscar a dizer, se trata parcialmente do método de análise concreta da realidade concreta proposta por Marx. A totalidade destas relações de produção, que constitui a estrutura econômica da sociedade, vai nos explicar por que é compatível, coerente e mesmo *condição necessária* para esta ordem social que entendemos como *capital*, haver aguda escassez de moradia, grande número de residências vagas e, acima de tudo, grande oferta imobiliária. Ora, apenas analisando a *anatomia da sociedade burguesa*, podemos entender como há abundância em garantias legais-jurídicas ao direito à moradia para todos os cidadãos, enquanto mais de cinco milhões de brasileiros não tem onde morar, e mais de 52 milhões de pessoas vivem em habitações precárias sem infraestrutura e com má qualidade de vida (Costa, 2013, p.281). Somente em Salvador, o déficit habitacional chega a 107 mil unidades, e o número de habitações precárias ultrapassa 3,4 mil (Brasil, 2012).

Podemos entender, finalmente, que a grande contradição urbana – escassez de moradia em convívio com oferta imobiliária – não se trata, portanto, de um erro técnico, de má administração do Estado ou falta de jogo de cintura do seu gestor, muito menos, da ausência do Estado em processos econômicos. Do ponto de vista empírico, a estrutura orçamentária do Estado nacional revela esta catastrófica e embaraçosa contradição: quase 44% do seu total se destina ao pagamento do serviço da dívida pública (juros e amortizações), enquanto que, serviços essenciais como saúde e educação, não somam mais que 07% (dados informados pelo SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A transferência para todos estados e municípios ultrapassa pouco mais de 10%, e a rubrica do orçamento destinado para habitação, um problema pungente e imediato para a situação da classe trabalhadora brasileira, chega à quase insignificante 0,01%.

Não podemos nos esquecer que a habitação no capitalismo tem sido uma verdadeira chaga para as famílias da classe trabalhadora, rebaixando em muito seus salários (Engels, 2015, p.33-34).

Não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, pagar aluguel ou prestação da casa própria foi, e continua sendo uma das mais onerosas despesas da classe trabalhadora, principalmente devido ao crescente custo de moradia, revelando atualmente níveis recordes de inadimplência. Até este ponto, portanto, está nítido que não há como conciliar a ânsia de lucro do mercado com interesse social, mesmo quando o apelo keynesiano por políticas sociais compensatórias e distributivas, que são, evidentemente, justas, não contava com o esgarçamento e desproporção do direcionamento do fluxo orçamentário do Estado no contexto da atual dinâmica e novo padrão de desenvolvimento do capitalismo em resposta à crise do fordismo em 1970 (Harvey, 2014). Ora, o mais notável, nesta dinâmica, é o notório compromisso da administração dos gastos públicos, guiado pela política monetária, com a reprodução da dívida pública vendendo títulos de propriedade improdutivos, que “representam, pura e simplesmente, um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em boa medida, dos impostos a serem cobrados”. (Carcanholo; Nakatani, 1999, p.296). Mais uma vez, demonstrando a facticidade do caráter de classe incontornável do Estado democrático atual.

1 – O capitalismo contemporâneo e a cidade como balcão de negócios

O conjunto de fenômenos sócio-econômicos e políticos que marcaram profundas mudanças qualitativas – do ponto de vista da internacionalização financeira e busca na extração de valor-trabalho fora das fronteiras nacionais dos países centrais –, no modo de produção capitalista, a partir da década de 1970, desaguando no atual panorama de desenvolvimento sem precedentes da atividade do polo financeiro do grande capital em todo globo, atuando de forma autônoma e hegemônica ao guiar e subordinar o capital substantivo (por capital substantivo, compreende-se o conjunto formado pelo capital produtivo e pelo comercial)¹. Esta atividade, na qual preferimos chamar de *capital especulativo parasitário* (Carcanholo; Nakatani, 1999), ao invés do impreciso conceito

¹ “Nessa fase, o capital industrial converte-se em capital especulativo, e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define essa nova etapa. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70”. (Carcanholo, Nakatani, 1999, p.285-286)

“capital financeiro”, se constitui como novo padrão de acumulação capitalista, podendo ser identificada sob diversos aspectos, nos quais destacamos, 1) alto risco e volatilidade da produção da riqueza fictícia, frequentemente ocasiona crises 2) ao contrário do capital substantivo, esta forma de riqueza é absolutamente improdutiva, e não “cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este” e, também, 3) conduz, ou pretende conduzir, a contradição valor-de-troca/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso, retirando seu rendimento puramente através da autovalorização, no limite, significa a dispensabilidade da mediação produtiva para criação de riqueza.

A consolidação a internacionalização da produção e das finanças (criação e expansão do capital especulativo parasitário), com a implantação do monetarismo e abandono paulatino o padrão fordista-keynesiano, o sistema capitalista que conhecíamos viria ganhar novos contornos, inaugurando uma nova fase desse sistema (Costa, 2012, p.135). Desde a *reestruturação produtiva*, datada da década de 1970, após a atual crise do fordismo, com contribuição fundamental da mudança do papel do Estado, até os dias atuais, a natureza e lógica interna do capitalismo mundial permanece a mesma² (Harvey, 2014).

Segundo Wacquant, podemos resumir este quadro geral atual da seguinte forma: o neoliberalismo realmente existente está moldado à imagem de um *Estado-centauro*, que exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classe, para a classe capitalista dominante, o Estado é libertador e edificante, atua para encontrar alternativas de criar recursos e remunerações para os proprietários do capital, porém, o outro extremo, o Estado se revela como penalizador e restritivo, difundindo a insegurança do trabalho e desemprego. “O neoliberalismo realmente existente exalta o ‘*laissez faire et laissez passer*’ para os dominantes, mas se mostra paternalista e intruso para os subalternos, especialmente para com o precariado urbano[...]” (2012, p.512-513)

Podemos concluir, brevemente, características e tendências inexoráveis principais do novo padrão de acumulação e produção capitalista: 1) hegemonia e domínio do *capital*

² “Duas conclusões básicas (embora provisórias) se seguem. Em primeiro lugar, se quisermos procurar alguma coisa verdadeiramente peculiar (em oposição ao ‘capitalismo de sempre’), na atual situação, deveremos concentrar o nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito”. (Harvey, 2014, p.184)

especulativo parasitário, cuja receita para crescimento e auto-valorização de sua remuneração depende exclusivamente de maior extorsão das massas de *mais-valia* (Carcanholo, 2008; Fontes, 2008), aumentando substancialmente e, sempre buscando depredar e aprofundar a superexploração da força de trabalho, até as formas mais predatórias, 2) deve aliar taxas equilibradas de crescimento saudável, através da *acumulação flexível*, estratégia de busca de lucro que se realiza sob rígido controle da força de trabalho, seja através do convencimento ideológico, da repressão à manifestações políticas e organizações, neste sentido, insere-se aqui tanto o uso da força por parte do *Estado-centauro*, quanto a barganha política utilizada pelo capitalista sob o *fantasma* do desemprego³, prolifera-se formas “flexíveis” de contratação, a subcontratação, a terceirização, etc. com discurso mistificador de que reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego. 3) A redução de barreiras comerciais, a desregulamentação financeira, a partir dos governos Reagan e Thatcher, liberalização dos movimentos de capitais, endividamento dos países da periferia e outros fatores estão entre os aspectos da chamada globalização (Costa, 2013; Fix, 2009; Chesnais, 2001; Harvey, 2005); 4) Mudanças qualitativas ocorreram no papel do Estado a partir do *Consenso de Washington*, na era toyotista. A principal atribuição do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para a promoção de capacidades empreendedoras individuais, sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio, inclusive comércio monetário. Além de acumular suculentos *superávits* primários para sustento do *capital especulativo parasitário*; 5) Por fim e não menos importante, citamos o conteúdo ideológico-cultural que permeia a sociabilidade do mundo do capital, por seu vínculo com as relações sociais reais que expressa idealmente, a *ideologia*, ao naturalizar, inverter e ocultar, opera como poderoso meio de legitimação e justificativa das atuais relações existentes, ela está indissolúvelmente

³ Ora, desde *O Capital* de Marx sabemos que o desemprego opera sob dupla funcionalidade, primeiro, a desorganização política interna da classe trabalhadora, que, diante do desemprego, deve disputar entre si as oportunidades de trabalho, acirrando a concorrência entre a classe que vende seu trabalho para sobreviver. E, em segundo lugar, esta concorrência, segundo a lógica mercantil, rebaixa o valor da força de trabalho, pois, quanto maior a oferta de trabalhadores, se a demanda não aumentar, menor o preço do trabalho, por esta razão, o exército industrial de reserva tende a rebaixar o preço da força de trabalho, forçando os salários tendenciosamente para baixo. O desemprego encarna a tendência de *lei geral e constante* durante toda a história deste modo de produção. De maneira muito acertada, Harvey (2014) pontua que dentre as escolhas feitas para o capital não entrar em colapso, está a desvalorização de mercadorias para lidar com excedentes de capital, e, já que a força de trabalho também é uma mercadoria, está subjulgada ao ditame da lei do valor, podendo ser desvalorizada e até destruída (taxas crescentes de exploração, queda da renda real, desemprego, mais mortes no trabalho, piora da saúde e menor expectativa de vida etc.)

ligada à dominação de classe. Apesar de não ser nosso objeto específico de interesse, apontamos aqui, que cada característica relaciona-se organicamente entre si.

Vejamos, agora, de modo mais específico, que o desenvolvimento imobiliário parece ser outro caminho para acumular imensas riquezas nas mãos de uns poucos (Harvey, 2005, p.158). Trata-se de criar contrapartida da produção real de valor para abrigar a acumulação fictícia de capital protagonizada pelo sistema financeiro em articulação ao mercado imobiliário e construção civil. Esta unidade orgânica do capital trata de reabsorver excedentes (capital e trabalho) e criar valor, segundo David Harvey (2014),

“O excedente de capital e de trabalho pode, por exemplo, ser absorvido pela sua retirada do consumo corrente para os investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infraestruturas físicas e sociais etc. Esses investimentos absorvem superávits no presente apenas para devolver seu equivalente em valor durante um longo período de tempo futuro. A capacidade de fazer essa transição depende, no entanto, da disponibilidade de crédito e da capacidade de ‘formação de capital fictício’.” (p.171)

Neste prisma, as políticas urbanas (como habitação ou revitalização de bairro) devem ter feições humanas para conquistar corações e mentes da população afetada por estas, encobrendo os reais interesses em jogo. Nota-se, por exemplo o caso do programa de revitalização da habitação pública, chamado HOPE VI, em Chicago: “em realidade apenas 6% dos apartamentos dos conjuntos habitacionais estavam ‘severamente deteriorados’, o que equivale a um total de 86 mil apartamentos. Porém, as autoridades municipais planejaram demolir, até o fim do ano de 2002, 140 mil unidades” (Purdy, 2009). Os conjuntos habitacionais deram lugar a condomínios da classe média e outros apartamentos subsidiados pelo sistema financeiro. Muitos moradores pobres, ainda residentes do local, foram forçados a deixar a região devido ao crescente custo de aluguel. Não restam dúvidas que o sistema financeiro comanda as políticas de Estado.

Mesmo na maior economia do mundo, os Estados Unidos, o neoliberalismo não é capaz de resolver o problema da habitação. Pelo contrário, a ataca com tanta selvageria, que em Nova Orleans, após o desastre do furacão katrina, as famílias pobres desabrigadas tiveram de procurar moradia no caro mercado privado, dado aos ataques às habitações públicas⁴. Este modelo político-econômico é considerado uma receita universal dos

⁴ Das 142 mil casas destruídas ou altamente danificadas na cidade, 79% delas pertenciam a pessoas de baixa renda, atingindo 40% do estoque habitacional para esta camada social na cidade. Somando-se a isso, os governos federal e municipal pretendem eliminar outros 4,5 mil apartamentos de habitação pública na cidade. A crise de moradia para pessoas de baixa renda e as políticas abertamente

dirigentes de Estado, acobertado pelas principais agências financeiras transnacionais-multilaterais.

No Brasil a situação não é diferente. A calamidade já se observa no orçamento da união, como vimos anteriormente. Mas o que raquítico orçamento destinado à urbanização é capaz de fazer para resolver o dramático déficit habitacional? Vejamos.

A maior política habitacional no Brasil está concentrada no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Surge elaborado pela Casa Civil e Ministério da Fazenda, das cinzas da antiga política federal de habitação antes estruturada no Banco Nacional de Habitação. O Programa ascende junto com o governo federal do Partido dos Trabalhadores como fagulha de esperança para o déficit habitacional no Brasil. Desde sua concepção, esteve “em diálogo direto com os setores imobiliários e da construção, desconsiderando diversos avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano, bem como a interlocução com o restante da sociedade civil” (Klintowitz, 2016, p.167). Como se tratava de um programa destinado a reduzir as perdas financeiras do setor produtivo, inicialmente, pensava-se em uma estratégia para destiná-lo às famílias estratos médios.

Sendo assim, o desenho adotado pelo Programa estará embebido na lógica de produção do mercado imobiliário privado, priorizando os interesses das relações capitalistas que atravessa a espinha dorsal da maior política habitacional no Brasil. Um modelo de política onde o setor privado é o promotor do empreendimento, e o poder público apenas assume papel de financiador e organizador da demanda, não restam dúvidas que o interesse social reduz-se a substrato para garantia de maior margem de lucro. Ressalta-se também que o próprio programa inflige valorização imobiliária, como foi o caso do MCMV1 (Idem). Portanto, as alternativas ensaiadas para sanar a grave questão da moradia no país, mesmo com participação dos movimentos sociais, não pode se desvincular da lógica de mercado.

Quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros – ou seja, apropriação de rendimento futuro –, se generaliza na sociabilidade capitalista, sob a fórmula de título de dívida com base na promessa de apropriação de um valor que ainda nem foi produzida. A expansão destes

discriminatórias contra os pobres e negros em Nova Orleans continuam sendo alarmantes. (Purdy, 2009, p.127-128)

títulos, deve se realizar convertido na apropriação de valor, ou seja, há expectativa real que seja aplicado na produção real de mais-valia, para realizar materialmente o valor no futuro. O mesmo ocorre na produção imobiliária, se passarmos por qualquer canteiro de obras, veremos na fachada: “*financiado por Banco X*”, então a construtora, com este empréstimo, contrata a mão-de-obra e compra matéria para concretizar o empreendimento. No final do processo, a obra criada através do trabalho coletivo dos assalariados envolvidos no processo produtivo do imóvel, entra no mercado, se realizando enquanto mercadoria quando a pessoa física contrai dívida em instituição financeira efetivando o fim do ciclo da mercadoria, comprando a moradia (Canettieri; Valle, 2015). Portanto, fechando o ciclo do capital monetário que se torna dinheiro, valor-real, repartido entre o proprietário imobiliário e o banco, que não seria possível sem a mais-valia do trabalho coletivo (“peão” de obra, arquitetos, engenheiros, projetistas, etc.).

Apontamos que a superacumulação de capital – dada às próprias leis internas e lógica capitalista, sobretudo da concorrência intraburguesa –, tende a ser buscado de forma compulsiva, a qualquer custo, e acima de qualquer barreira que a ameace. Entende-se também como barreira, neste fenômeno, a saúde e segurança do trabalhador. Não à toa, o processo produtivo brasileiro é responsável pelo maior número de pessoas mortas e adoecidas, com destaque para a construção civil, esta constatação, longe de ser uma mera coincidência, é o *padrão de gestão predatória*⁵, segundo Filgueiras (2015). Neste precioso estudo, o autor demonstra indicadores da dinâmica de acidentalidade na construção civil, realizado de forma deliberada e, mesmo após notificação jurídica, há reiteração das infrações.

Em Salvador, um estudo realizado por Vitor Menezes (2016) no Residencial Jardim Cajazeiras, sob o ponto de vista do morador, no conjunto habitacional do PMCMV destinado à faixa 01 (para renda de 0 a 3 salários mínimos), demonstra que a transformação das condições de moradia, à luz das análises dos próprios beneficiários,

⁵ Por reconhecer que este conceito é capaz de agregar, teórica e empiricamente, as implicações sociais no mundo do trabalho como consequência do modo de produção capitalista neste setor específico no qual nos propomos a discutir. Ao todo, discutem-se três aspectos essenciais e correlacionados entre si, acerca deste padrão de gestão: 1) a ocultação deliberada do adoecimento; 2) a individualização/responsabilização da saúde do trabalho imposta à vítima (elo mais fraco da relação social); e, 3) ação contra legislação, todos estes aspectos são acompanhados de dados empíricos e indicadores abordados pelo autor (Filgueiras, 2015). Infelizmente, não cabe aprofundar na discussão, apenas apontar que, para haver taxas maiores de lucro, o capital precisa, sempre, avançar e buscar meios de explorar a força de trabalho, seja na produção de mercadorias móveis, ou imóveis.

não atendeu suas expectativas reais, uma vez que estas pessoas foram realocadas para locais cuja infraestrutura urbana é de péssima qualidade, ou inexistente. A distância causada pelo deslocamento habitacional resulta em privação material, e ruptura do vínculo familiar e da rede de sociabilidade cotidiana, resulta na impossibilidade dos beneficiários em manter seus laços de parentesco ativo, e sua inserção e apropriação da cidade. É desta forma que o capitalismo contemporâneo resolve a questão da habitação.

2 – Quadro socio-histórico de Salvador

No final dos anos 1980, após a fase de maior crescimento econômico da capital, o processo de metropolização industrial de Salvador já estava efetivamente consolidado (Gordilho Souza, 2014, p.108), a partir da década seguinte, a cidade foi objeto de intensivos públicos investimentos, em intervenções urbanísticas de grande porte, dentre estes, voltado para intensificar sua “vocação turística”, cujo ápice foi alcançado com o projeto de requalifica o do Pelourinho. A atividade comercial voltada ao mercado de turismo e cultura substituiu os moradores antigos, jogando-os para periferia, também se torna proibido o uso residencial em várias de suas áreas (Fernandes, 2014).

Para agravar o quadro dramático de desigualdade e concentra o de renda na capital⁶, intensos investimentos são realizados em benfeitorias nas áreas já valorizadas da metr pole, ao passo que, na periferia, poucos são os novos equipamentos urbanos investidos, mesmo que 60% da sua popula o metropolitana residam em áreas precárias de ocupa o informal (Gordilho Souza, 2014, p.95). Na RMS, apesar de apresentar o menor  ndice de domicílios não ocupados, Salvador possui um grande número de domicílios vagos, 77.454 mil unidades, recentemente o  ndice de desemprego aumentou para 23,4% na capital que já apresenta um quadro grave de desigualdade e concentra o de renda (Dieese, 2016).

Ainda durante a década de 1990, o governo carlista “abraça as possibilidades de um novo modo de desenvolvimento da cidade”, articulando setor da cultura e turismo, se compromete a ‘recuperar’ o Centro Histórico atraindo investidores privados. ACM prepara o meio ambiente apraz para negócios, removendo a “atual popula o marginal” (Fernandes, 2014). A história recente de Salvador denuncia como se estrutura a

⁶ Para ilustrar este quadro, em nota de rodapé, Angela Gordilho (2014) sinaliza que, no início dos anos 2000, um morador da área “nobre” de Salvador recebia em média 25 vezes o que ganha um habitante da região mais pobre.

articulação entre o ente público e privado para melhor satisfazer os interesses deste último. Destaca-se para estudo sobre o fenômeno da gentrificação no bairro 02 de julho (Mourad; Figueiredo; Baltrusis, 2014, p.444), demonstra que, nos últimos 10 anos, os agentes econômicos em conjunto realizaram comercializações de imóveis que ocasionou hipervalorização do terreno, mediante a velha tática de fusões e aquisições entre capitais, confrontando o morador individual com desproporcional poder social e econômico, expulsando os inquilinos de suas casas (muitas em ruínas). Os interesses imobiliários no local são, notoriamente, focados em hotelaria e *resort*.

3 – Política urbana em Salvador: elitização e patrimonialismo

Nossa hipótese neste ponto, é que a prefeitura investiu *trabalho abstrato/valor* no Rio Vermelho como reinvestimento econômico direcionado à incorporação de novas atividades hegemônicas pelo grande capital e suas frações – organizados no SHRBS, e mercado imobiliário. Dado o percurso natural das relações de reprodução e circulação de capital, com a possível potencialização/atração de agentes gentrificadores, findando ciclo de elitização, e abrindo o ciclo de acumulação. Nosso interesse não é definir quais processos econômicos estão em curso com precisão, mas, apenas apontar tendências que já se delineiam frente à dita requalificação. O objeto de interesse desta sessão será entender como se estrutura a dinâmica das relações capitalistas do espaço urbano em Salvador, tendo como referência o primeiro mandato de ACM Neto.

No primeiro ano de exercício do seu mandato, o prefeito já foi acionado pelo Ministério Público em decorrência da alienação de 62 imóveis públicos (587 mil metros quadrados) pertencentes à coletividade (Azevedo, 2014). Este *ato político e econômico* visa retirar entraves futuros para o capital privado se apropriar de novas terras, tornando-as comercializáveis. Não foi um epifenômeno. A maximização deste ato se materializa no novo PDDU aprovado este ano, o Plano Diretor é o resultado da confecção conjunta das frações do capital (construção civil, imobiliário, turismo, etc.) alinhados ao grupo de ACM, uma aliança das elites cruzando interesses, condensado num único plano. A nova legislação recorre à velha estrutura privatista, e apenas reconhece o modelo de PPPs, viabiliza a implantação da Linha Viva (rodovia urbana pedagiada), e Via Atlântica, a primeira via desapropriações, e a segunda via desmatamento de reservas ambientais. Segundo Glória Cecília com o novo plano, a cidade perde cerca de três mil hectares de área de preservação, o equivalente a três mil

campos de futebol. Além de delegar ao mercado imobiliário e hotelaria a possibilidade de explorar a orla atlântica com edifícios de até 100 m. Guardada às especificidades de cada contexto histórico, é impossível não recordar do mesmo feito realizado por ACM, o avô, que durante o governo militar-empresarial, em 1968, aprova a Lei 2.181 abrindo à aquisição particular em propriedade plena 24 milhões de metros quadrados de terras municipais. Removia-se também, naquele período, o “mais pesado obstáculo ao mercado capitalista do solo” (Brandão, 1981, p.140).

Duas empreiteiras estão diretamente ligadas ao nome de ACM Neto, a *Metro Engenharia e Consultoria LTDA*⁷ e a *Axxo Construtora*⁸. A primeira empresa, em pouco mais de dois anos do início da gestão de ACM, acumulou mais de R\$ 152 milhões em contratos com a prefeitura de Salvador. Somente no mês de julho de 2016, referente ao período de pesquisa para realização deste artigo, a empresa havia sido contemplada com três contratos realizados com a prefeitura de Salvador, e, em abril, contemplada com a licitação referente à obra do Parque da Cidade e contenções de encostas, avaliados em R\$ 2,7 mi (Transparência Salvador). A empreiteira pertence a Mauro de Oliveira Prates, primo do vereador Léo Prates (DEM) – líder do DEM na Câmara Municipal de Salvador (Galvão, 2015).

A segunda empresa, a *Axxo*, tem como um dos sócios, Arnaldo de Melo Gusmão, casado com Paula Magalhães, prima do prefeito ACM Neto. As duas empresas – ligadas diretamente ao grupo político de ACM Neto em Salvador – hegemonomizam os contratos licitados pela prefeitura do município. Ademais, todos os “clientes” das duas empresas, sem exceção, são órgãos da esfera pública (prefeituras do estado da Bahia, governo estadual e federal).

Recentemente, a construtora *Axxo* venceu a licitação do Consórcio que administrará a nova estação da Lapa por 35 anos. Também do Hospital Municipal de Salvador, e

⁷ Apenas em obras do PMCMV, a empreiteira acumula, ao todo, treze. Somente em Salvador, foram realizadas mais de 36 obras, dentre estas, um sem número de requalificações urbanas ao longo da cidade, incluindo o centro histórico, Ondina, feira de São Joaquim, Barra, construção e manutenção da prefeitura-bairros, entre outros. Todas as suas atividades se concentram exclusivamente em parcerias com a esfera pública.

⁸ A empresa citada reformou o Teatro Castro Alves, e “requalificou” o Mercado Público do Rio Vermelho. Antes da obra, a conhecida “Ceasa do Rio Vermelho” era uma grande feira popular, “requalificada” pelo governo do Estado, se tornou hoje um grande mercado elitizado, inspirado no “modelo shopping Center”. Ou seja, este modelo de urbanização segregadora, está circunscrita na premissa do “urbanismo contemporâneo” (Somekh, Gaspar, 2012), não se trata de uma novidade inaugurada pela gestão do atual prefeito.

urbanização do bairro Boca da Mata, somadas no valor de R\$ 1 mi, evidentemente, como toda Parceria Público-Privada, são de integral financiamento da prefeitura. Obras que financiam construção de hospitais, manutenção e reforma do precário setor da saúde pública, e também, da rede municipal de educação. Além das conhecidas obras de requalificação de pontos estratégicos da orla de Salvador, a saber, Barra, Rio Vermelho, Jardim de Alah, etc. Este caso particular chama atenção por não haver mediadores entre beneficiário privado e financiamento público, as empresas contempladas praticamente são o *bloco de poder* no município.

Neste modelo de política urbana, opera a *lei de bronze*, já mencionada e sustentada com competência pelos autores citados (Cf. Fix, p.43; Somekh, Gaspar, 2012, p.139; Harvey, 2014): o dinheiro público abre o terreno para reprodução do padrão de acumulação privada do capital. A regra é elevar ao máximo possível os valores do solo urbano, permitindo a apropriação privada, própria da contradição da lógica mercantil exposta por Marx, de privatização e apropriação privada e unilateral dos resultados da produção social e coletiva. No geral, esta relação de subsunção e expropriação dos resultados do trabalho por uma fração da classe dominante, mesmo sob a forma-mercadoria do imóvel, como o espaço urbano, é frequentemente chamada de *mais-valia urbana*⁹.

Apesar de o prefeito ACM ter afirmado em 2013 que o custo da revitalização de toda a orla, de Itapuã à Ribeira, seria de 111 milhões, o que se vê são superinvestimentos que destoam seu valor planejado em relação ao concretizado. Apenas na orla da Barra, o total investido pela prefeitura foi de 170 milhões, 60 milhões a mais do que seria destinado em toda Salvador foi investido apenas neste bairro.

Finda obra, os novos quiosques de alto padrão são comercializados por grandes empresas voltadas ao turismo e serviços ofertados a consumidores de elevado status social, como é o caso dos quiosques de vendas projetados nas orlas de Itapuã e Piatã, que serão explorados por 15 anos pela *Salvador Kiosk e Turismo, Nova Orla SPE e Tuvalu Turismo*, que venceram a licitação e pagarão cerca de R\$ 5,2 milhões à

⁹ Para nós, a expressão mais evidente (e desumana) do grau cada vez maior da expropriação de mais-valia é confirmada em indicadores e estudos empíricos recentes sobre as relações e *padrão de gestão predatório* da força de trabalho no Brasil – citado anteriormente –, principalmente no que tange a produção imobiliária e sua conexão com o crescente número de acidentes, infortúnios relacionados a conhecidos riscos, de conhecimento técnico difundido, com normas aplicáveis e, mesmo assim, reitera-se a dinâmica pró-cíclica da acidentalidade no trabalho da construção civil brasileira. A busca, por parte do capital, por maiores frações de valor e reabsorção de excedentes, literalmente dilapida e elimina fisicamente a classe trabalhadora (Filguerias, 2015, p.24).

prefeitura. Ao longo de toda borda litorânea, as empresas citadas monopolizam, ao todo, 100 quiosques. São as mesmas empresas, portanto, que atualmente ocupam o novo Rio Vermelho.

Chama atenção que os próprios moradores deste bairro, organizados em um movimento chamado “Rio Vermelho em Ação”, para garantir participação popular nas decisões e transparência no processo orçamentário, estão em alerta para a possível gentrificação no bairro. Uma das organizadoras deste movimento, Ana Camila, diz temer a *gentrificação*, que em suas palavras implica em que as obras aumentem os custos de bens e serviços, dificultando a permanência de pequenos vendedores e dos moradores de baixa renda¹⁰.

O SHRBS – Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Bares de Salvador (que compõe a “Comissão de Obras Rio Vermelho”¹¹) qualifica como “predatória” a presença física de trabalhadores autônomos, entre eles os famosos “ambulantes”, no espaço público do novo Rio Vermelho. O pedido foi atendido pela prefeitura, e o ápice desta concepção higienista de “ordem pública” se manifestou em apreensão de mercadorias dos ambulantes realizada por agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) e da guarda municipal no dia 03 de junho. A ação resultou em protesto por parte dos trabalhadores que atearam fogo em pneus, bloqueando o principal acesso ao famoso largo de Santana, deixando a cerveja da boemia com gosto amarga. Tudo realizado pelo poder público como parte da manutenção da limpeza social travestida de “requalificação urbana” em nome da revalorização do bairro como “destino turístico” para usufruto da esfera privada e o perfeito clima de negócios para o mercado. Está demarcado que, no bairro, os ambulantes não são bem-vindos, nem mesmo para concorrer com os grandes estabelecimentos. Aqui impera a máxima do “urbanismo de classe” há muito denunciado por Lefebvre (1999), implica a imposição coercitiva de uma lógica e coerência do Estado, que consiste em separar, dispersar e abrir amplos vazios à revelia da especulação imobiliária.

O Rio Vermelho é conhecido como tradicionalmente boêmio, atrativo pelo seu valor cultural (onde se realiza diversos festejos típicos, como o “dia de yemanjá”) e pela

¹⁰ *Jornal A tarde*, 14/12/2015.

¹¹ Do documento enviado à prefeitura, destacamos o item 18 que se refere aos ambulantes, e os três itens seguintes que frisam o intento de privilegiar o comércio gastronômico, referenciado na cozinha regional típica.

proximidade com o mar/orla. Também concentra diversas casas de show, faz parte do circuito gastronômico de consumo da classe média e alta da cidade, com cafés, bares, restaurantes e espaços culturais¹². A soma deste conjunto, segundo referido sindicato, se caracteriza como uma economia criativa própria da identidade do bairro, como forte pilar de desenvolvimento econômico e atrativo cultural. Nota-se que o bairro, também concentra grande parte dos hotéis de quatro e cinco estrelas da cidade¹³. O objetivo último da requalificação será, portanto, maximizar e realizar o potencial lucrativo das frações capitalistas inseridas no local.

Já destacamos o papel do turismo em Salvador para justificar a expulsão de moradores de diversas áreas valorizadas como Pelourinho e 2 de Julho (Mourad, et ali., 2014), ambas revestidas de obras de “requalificação”. Aliado a esta ofensiva, usa-se o projeto de requalificação da orla como incentivo ao turismo. Por seu caráter fetichista, o Estado não revela quais relações sociais realmente favorece. Mas podemos entender da seguinte forma: o turismo, do ponto de vista econômico é praticamente irrelevante, por exemplo, o setor hoteleiro em Salvador, a menina dos olhos da prefeitura da cidade, emprega apenas 0,81% da população economicamente ativa, sendo superado até mesmo pelas organizações religiosas (Brasil, 2012b), já em escala estadual, o turismo representa apenas 5,7% do PIB (Tribuna do Norte, 2013).

Quais partes integrantes da nova dinâmica de acumulação no local? Antes constatamos o engajamento e comprometimento do Estado pelo seu caráter de classe, investindo valor à localidade, e a própria prefeitura reconhece esta função¹⁴. A obra da reforma do Rio Vermelho, abrangendo o total de 147 mil m² de área, definido com custo de R\$ 70 milhões e projetado pelo arquiteto Sidney Quintela.

Após oito meses de “requalificação”, onde haviam 36 boxes com bares voltado ao consumidor de baixa/média renda, com frequentadores de bairros populares próximos ao Rio Vermelho, agora, a ‘Vila Caramuru’ ostenta uma estrutura luxuosa com 11

¹² O mesmo valor simbólico serviu de precursor como requisito de interesse do setor imobiliário e hoteleiro em outro bairro de Salvador, o 2 de julho, cujo desfecho desembocou em um plano de bairro com potencial gentrificador (Mourad, et ali., 2014, p.442).

¹³ Nesta localidade, para compor o ambiente *gourmet* do novo bairro, nota-se um novo investimento imobiliário, o empreendimento chamado “La Vista”, de alto luxo, oferece apartamentos de quatro suítes com 300 m² e vista para o mar, além de estar próximo ao “novo” Mercado do Peixe que após o transformismo da requalificação, tornou-se “Vila Caramuru”.

¹⁴ Ao comentar a inauguração da obra em jornal local, o secretário municipal de Cultura e Turismo de Salvador, Érico Mendonça, disse que o espaço foi valorizado (Correio, 2016).

restaurantes, à revelia da suplicia do SHRBS requerida à prefeitura para controlar o padrão culinário, apenas dois destes estabelecimentos oferecem cardápio regional típico, há também uma única tenda que vende acarajé. Comparando com a situação dos ambulantes, está cristalino que o poder político é umbilical ao poder econômico.

Os efeitos imediatos da requalificação urbana já são notáveis. Com o diferencial de renda estabelecido pelo novo valor, o perfil do consumidor local se transforma em conjunto com o espaço físico. Também os comerciantes locais, dentre eles os camelôs, são substituídos por restaurantes *gourmet*, são grandes capitalistas estabelecidos no mercado que em nada empenham para manter alguma identidade típica local, como quis o SHRBS. Se for concretizado o aumento do preço dos serviços e do valor da terra, o efeito a longo prazo será o acirramento do cerco para os moradores de camadas médias/baixas que ainda residem no Rio Vermelho pela força do mercado.

Um crucial agente econômico entra neste processo: o capital financeiro. Além do empréstimo injustificável contraído no ano passado com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) de US\$ 105 milhões destinados à requalificação de trechos da orla e ações voltadas para a revitalização do Centro Antigo (Salvador, 2015), Salvador buscou outro crédito-dívida, agora com o Banco Mundial (BM), que desde sua fundação atua como operador institucional dos interesses do grande capital, em particular dos estadunidenses, no plano internacional¹⁵. Em outubro de 2015, a secretaria da Fazenda do município tomou empréstimo de crédito do BM, avaliado em US\$ 400 milhões¹⁶. O documento nomeado “Salvador Social”, após contextualizar a precária situação social do município, receita metade deste montante para saúde e educação (US\$ 200 mi), já para “planejamento urbano e política de habitação”, destina 5% (US\$ 20 mi). O resto do crédito está dividido entre reforma administrativa e assistência social.

O documento pontua a necessidade de ampliar a cobertura e prestação de serviços do SUS e educação pública na capital (World Bank, 2015, p.2), e modernizar a prática da gestão pública (Idem, p.3). Mas recorda-se que o modelo das Parcerias Público-Privada é o único modelo de atuação social que o Estado conhece.

¹⁵ Não há informações mais detalhadas sobre os juros do financiamento. Também não temos conhecimento da política de habitação no município contemplada com o empréstimo.

¹⁶ Soma-se a todo este cenário a provável socialização do prejuízo, se levarmos em conta que se trata de um crédito extenso, mesmo a longo prazo e a 1% a.a., digamos que, em 20 anos, a cidade de Salvador terá uma dívida acumulada em 488 milhões de dólares.

Entre as suas propostas, o documento explicita, 1) incrementar o acesso das famílias à educação, saúde e assistência social; 2) apoiar ações e sistemas para melhorar a qualidade dos serviços municipais das referidas áreas; e 3) modernizar a gestão do Estado. Todos estes itens propõem a expansão física dos serviços, manutenção dos prédios públicos, planejamento urbano para populações pobres em áreas de risco e acesso ao transporte público (p.5), conduzidos e realizados, necessariamente, por Parcerias Público-Privadas. E o que há de comum entre todas elas, no caso de Salvador, é que são realizadas por uma burguesia que controla o poder público, e o direciona para seus interesses privados, como vimos no caso das construtoras *Axxo* e *Metro*, tornando-as monopólio desta atividade econômica local, leva-se em conta que a mão do Estado dirigido pelo atual bloco de poder entra como fator decisivo deste processo em benefício de seus próprios dirigentes. Como no caso do PMCMV, as questões sociais que devem ser tratadas com seriedade e cautela tornam-se canal de acumulação privada. O primeiro mandato de ACM Neto está marcado pelo superinvestimento (via emissão dívida) em áreas já nobres, e, sobretudo, em estruturas urbanas – devemos insistir, obras realizadas por empresas na qual tem relações estreitas –, esta estratégia está inserida no modo capitalista de realizar investimentos para absorver excedentes no presente apenas para devolver seu equivalente em valor no futuro para as diversas frações de capitais que se inserem na produção total do investimento. Em resumo, as finanças públicas subsidiam uma obra pública, adquirindo de entidade transnacional, concretizando valor em determinado local através do trabalho social e coletivo de uma classe, porém, este valor é usufruído apenas pelos proprietários privados.

Caso também notório é do transporte público da cidade (vale ressaltar, igualmente contemplado pelo crédito do BM), cujo monopólio ligado a duas famílias – o grupo Evangelista e Knittel – controlam a mobilidade urbana de Salvador desde os anos 1960. No ano de 2014, estes dois grupos, com apoio do *bloco de poder* da prefeitura, ganharam edital com extenso tempo de concessão (25 anos), com aumento de 10% do valor da tarifa anualmente, progressivamente aumentando a superexploração da força de trabalho¹⁷. Este ponto merece especial atenção, pois o negócio selado entre o monopólio

¹⁷ Sobre transporte público em Salvador, atualmente existem ônibus especiais nos bairros nobres, por iniciativa conjunta entre governo e município, que agravam o abismo da desigualdade entre as áreas nobres e periféricas. Para piorar o cenário, há um “[...] enorme desajuste entre a distribuição de empregos e da população, com uma enorme concentração dos mesmos na área central e nos bairros mais afluentes da Orla. Na área privilegiada da Pituba/Costa Azul, por exemplo, encontrava-se 742,2 postos de trabalho por mil habitantes, enquanto no Subúrbio esse número era de 68,8 e no populoso bairro de Cajazeiras, situado no Miolo, ele não ia além de 33,6.” (Carvalho, 2016)

e o ente público dos transportes é proporcionalmente lucrativo para o primeiro e oneroso para o último¹⁸. Em Salvador a classe burguesa e suas frações compartilham do caráter comum das classes dominantes no Brasil, um bloco social viciado na prática de afastar o povo de decisões econômicas e políticas, experiente em realizar acordos por cima (pacto das elites), como forma de se antecipar a possíveis tensões sociais (Costa, 2013, p.256).

À guisa de conclusão

Para nós, está nítida uma característica marcante das classes dominantes brasileiras, que é o seu apego promiscuo ao patrimonialismo, com forte tendência à consolidação de monopólios fazendo-se valer o apoio crucial dos recursos do Estado. O ponto que estamos enfatizando é que o caso de Salvador não é um ponto fora da curva, apenas manifesta em seu contexto histórico-geográfico, uma forma particular da *anatomia* orgânica do capital, suas contradições e suas diversas interfaces de exploração e dominação, mediante a articulação no Estado dos diversos interesses da burguesia local e externa. Não se pode ceder à ilusão de que o capitalismo pode ser humanizado ou aperfeiçoado a fim de levar equidade e justiça social para a classe trabalhadora, onde se nota o *padrão de gestão predatório*, por exemplo, indicado em inúmeros canteiros de obra da construção civil, seguem normativas reiterada e deliberadamente ilegais. A necessidade de autoexpansão e reprodução contínua do mercado e o conjunto de políticas ao mesmo tempo destinadas a descarregar o ônus da desvalorização, da dívida pública, ou da tendência de queda do lucro nas costas dos trabalhadores, aplicando doses pontuais de política social via mercado, nos aprisiona cotidianamente na mistificação ideológica de que esta ordem social é insuperável. Analisar criticamente este cenário, portanto, é o primeiro passo para atuar na construção de uma nova sociedade emancipada de qualquer exploração.

Referências

AZEVEDO, Henrique Oliveira de. Ministério Público aciona ACM Neto contra desafetação de terrenos. **Revista REVER**, Sergipe, 2014. Disponível em: <https://revistarever.com/2014/08/28/ministerio-publico-aciona-acm-neto-contra-desafetacao-de-terrenos/>

¹⁸ “A empresa vencedora da área menos lucrativa ganhará algo em torno de 3,5 bilhões de reais, enquanto a mais lucrativa se aproxima dos 4 bilhões de reais.” (Caribé, 2014).

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado; SANTOS, Carlos Nelson (org.). **Habitação em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Déficit habitacional no Brasil em 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil>>.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações: atividades econômicas em Salvador. 2012b. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Bahia\)#/media/File:Tree_Map-Atividades Economicas em Salvador \(2012\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia)#/media/File:Tree_Map-Atividades_Economicas_em_Salvador_(2012).png)

CANETTIERI, Thiago; VALLE, William Azalim do. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. e-metropolis: **Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 35-43, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, www.ccje.ufes.br/pet/eco/tutor, v. 20, n.1, p. 284-304, 1999.

CARIBÉ, Daniel. 25 anos de subordinação: o Edital de transportes de Salvador (parte 1). **Passa Palavra**, Salvador, 2014.

CARVALHO, Inaiá. Segregação, efeito território e desigualdades em Salvador. **Le monde**, 2016.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 2001, n.5, p.7-28.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. São Paulo: ICP, 2013. 287 p.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo : Boitempo, 2015.

FERNANDES, Ana. Coerção, solidariedade, hibridez: a ação pública sobre o centro de Salvador (Bahia). In: MONTOYA URIARTE, Urpi & CARVALHO FILHO, Milton. **Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira. In: _____ (org.). **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracaju: J. Andrade, 2015. p.15-38.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: a arte da renda na montagem de uma "cidade global". **Caderno CRH** (UFBA), v. 22, p. 41-64, 2009.

FONTES, Virginia. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 26, p. 9-31, 2008.

GALVÃO, Alexandre. Empresa vencedora de licitação da Barra acumula R\$ 152 mi em contratos na gestão de Neto. **Bahia Notícias**, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/168149-empresa-vencedora-de-licitacao-da-barra-acumula-r-152-mi-em-contratos-na-gestao-de-neto.html>>

GORDILHO SOUZA, Angela. Salvador metrópole: novas fronteiras e fluxos urbanos no início do século XXI. In: MONTOYA URIARTE, Urpi & CARVALHO FILHO, Milton. **Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. Título original: *A brief story of neoliberalism*, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**, SP, ed. Loyola, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 165-190, abr. 2016.

MARX, Karl. _____. Prefácio (p. 45-50). In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2.ed., 2008 [1859].

MENEZES, Vitor. Arranjos familiares de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida: trajetórias de benefício e percepção de bem-estar social. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 257-282, abr. 2016.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, nov. 2014.

OSORIO, Jaime. A ruptura entre economia e política no mundo do capital. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p.177-186, 2013.

REZENDE, Eron. Cidade em construção. **A tarde**, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1732872-cidade-em-construcao>>

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Salvador será o primeiro município a integrar o Prodetur**. Salvador: Secult, 2015.

SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SALVADOR. Requalificação do bairro Rio Vermelho. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sindicatohrbs.com.br/requalificacao-do-bairro-do-rio-vermelho/>>

SOMEKH, Nadia; GASPARG, Ricardo. Capital Excedente e Urbanização: o papel dos Grandes Projetos Urbanos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, p. 133-146, 2012.

TRIBUNA DO NORTE. **Turismo responde por 5,7% do PIB da Bahia**. Tribuna do Norte. 2013. Disponível em: <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/68701>

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 nov. 2016.

WORLD BANK. **Salvador Social Project** (P149496), 2015. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/LCR/2015/05/21/090224b082eb2b95/1_0/Rendered/PDF/Project0Inform0al0Project000P149496.pdf>.